



PARECER SOBRE O DOCUMENTO PRELIMINAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Prof.^a Dr.^a Lívia Tenorio Brasileiro – ESEF/UPE

Apresentação

Ao aceitar assumir a escrita de um parecer ao documento preliminar de Educação Física o faço por reconhecer que há no conjunto do mesmo questões afetas a Educação nacional, e em sua especificidade a área de Educação Física, com as quais venho, ao longo de minha formação profissional, debatendo e buscando superar em minhas/nossas intervenções político-pedagógicas.

Reconheço o movimento de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como uma ação articulada a partir do Plano Nacional de Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a Educação Básica, que o MEC e seus parceiros (Conselho Nacional de Desenvolvimento da Educação - Consed e Undime), constroem a partir da interlocução com professores/pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento.

Reconheço assim, os professores/pesquisadores da área, ao qual sou chamada a contribuir, por identificar nos mesmos compromisso com a Educação nacional e com ações efetivas na formação de professores no território nacional. Trata-se de um documento sem autoria, mas faz-se necessário explicitar quem são os intelectuais que se dedicaram/dedicam a esta reflexão inicial e seu processo de debate nacional.

Este reconhecimento, no entanto, também me fazem coadunar com algumas críticas de entidades nacionais, a exemplo do CEDES, CNTE, que ao analisar este documento o reconhecem como parte de uma ação/intervenção política nacional que vem merecendo críticas históricas, das quais parte de nós ajudou a subsidiar suas discussões em diferentes instâncias.

Desta forma ao reconhecer, na apresentação do documento, o impacto desta BNCC, o então Ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, aponta os rumos que a mesma irá impactar,

destacando a formação inicial e continuada, assim como a produção de material didático, mas sem explicitar o impacto nos processos de avaliação, que vem merecendo críticas em todo o seu conjunto. Neste sentido, contribuir com um documento desta natureza não nos tira a responsabilidade de fazer a crítica e estar atentos aos desdobramentos do mesmo.

No entanto, faz-se necessário explicitar que um documento de orientação nacional, que tem seu processo construído levando em consideração o que vem sendo produzido por estados e municípios brasileiros, nos faz acreditar que há um comprometimento com uma Educação real, a ser realizado em um país com características diversas como o nosso e que poderá sim nortear, ou sulear como Paulo Freire recomenda, propostas curriculares que tenham aproximações de base em todas as áreas, respeitando o movimento das mesmas em seu contínuo processo de discussão acadêmica.

Trata-se pois de uma intervenção política, que merecerá nossas reflexões com maior profundidade, desde os que estão atuando nas escolas, e que em sua maioria só terão acesso a mesma depois de aprovada, aos que estão participando de instâncias de gestão neste momento.

Em meio a estes conflitos, me coloco a disposição de contribuir com a construção deste documento, na função de leitora crítica, e neste momento passo a apresentar minhas reflexões, mesmo que parciais deste documento, analisando a área de Educação Física no contexto geral da BNCC e em sua especificidade como componente curricular.

Procurarei atender a sugestão de parecer, enviada pelo MEC, respeitando ao menos os três grandes blocos propostos sobre: Estrutura do Documento; Apresentação da área de Linguagens e do componente Educação Física; Objetivos de aprendizagem do componente Educação Física para as diferentes etapas da Educação Básica.

1. Sobre a estrutura do documento

O documento inicia com a apresentação dos Princípios Orientadores da BNCC, neste destaco os objetivos da BNCC onde aparece “*participar e se aprazer de entretenimentos de caráter [...] desportivo [...]*” (p.8), termo que não será usado pela área de Educação Física (EF) em seu documento específico. Assim como aparecerá pela primeira vez o termo Linguagem “*se expressar e interagir a partir das linguagens do corpo, da fala, escrita, das artes, da matemática [...]*” (p.8), demonstrando de inicio uma confusão conceitual que estará presente em vários outros momentos do documento, a exemplo da ideia de “*multiplas linguagens*” (p.14), que trataremos no ponto posterior de forma mais específica.

Toma como ponto de partida para a definição dos objetivos os *Direitos de Aprendizagem*, que devem ser considerados por todos os componentes curriculares levando em consideração as *dimensões ética, estética e política*. Tais dimensões são apontadas aqui e depois não serão retomadas de forma mais explícita pelas áreas.

O documento está portanto organizado em quatro áreas, porém na etapa da Educação infantil elas não são apresentadas separadas. Os *objetivos de aprendizagem* são apresentados em todas as etapas da Educação Básica (EB), a partir da definição de *Eixos* e buscando garantir o diálogo entre os componentes pelos *Temas Integradores*. Destaca que os componentes curriculares apresentam seus objetivos ano a ano, e faz-se uma diferenciação na página 15 quanto a EF e Arte que apresentam seus objetivos de aprendizagem por ciclo.

Destaco este paragrafo porque identifico nele um equívoco que poderá custar alto as nossas discussões. Copio na íntegra: “*No caso dos componentes Arte e Educação Física os objetivos de aprendizagem são apresentados em relação a ciclos de escolarização mais amplos e, ainda, em referência às diferentes linguagens e práticas em que se desdobram esses componentes. A proposta é a de que cada sistema de ensino e/ou escola possa fazer suas escolhas em termos de quais linguagens e objetivos privilegiar a cada ano de escolarização*” (p. 15).

Há que se rever a argumentação para que Arte e Educação Física encontrem-se apresentados de forma diferenciada em relação aos ciclos de escolarização. Um documento desta natureza pode apontar possibilidade de organização do tempo pedagógico em suas variadas proposições, a exemplo de ciclo e ano, mas não me parece adequado que haja num mesmo documento ora a organização em anos ora em ciclos sem trazer o debate para o mesmo, como se essa diferenciação fosse apenas uma opção de organização “*mais ampla*”, como citado no mesmo.

Assim como o seu final: “*A proposta é a de que cada sistema de ensino e/ou escola possa fazer suas escolhas em termos de quais linguagens e objetivos privilegiar a cada ano de escolarização*”. Deve ser problematizado, pois abre margem para entendermos que as redes ou escolas podem eleger, nos componentes curriculares Arte e Educação Física, que “*linguagens e práticas*” devem ser privilegiadas, gerando duas situações problemáticas: 1. a possibilidade de exclusão de qualquer uma delas parcial ou de todo o processo formativo; 2. A possibilidade das escolas contratarem professores por linguagem e/ou prática e organizarem suas aulas não mais a partir das turmas e sim dos conteúdos, o que comumente se observa em atividades extracurriculares. Assim entendemos que as “*linguagens e práticas*” anunciados na BNCC devem ser garantidas aos estudantes ao longo dos anos no currículo da EB. O que pode haver é a mudança do período de oferta no ano escolar de acordo com a realidade local.

E finaliza esta apresentação reconhecendo que há questões que não foram tratadas até o momento, a exemplo dos estudantes deficientes. Este reconhecimento indica claramente que haverá demandas que este grupo não conseguiu dar conta e que será um olhar ampliado de outros interlocutores, não me refiro aqui só aos leitores críticos, mas sim aos educadores em geral, que garantirá que este documento não os ignore.

1.1 Educação Infantil

A produção acerca da Educação Infantil toma os conceitos centrais das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2009) sobre criança e seus direitos, bem como dos processos pedagógicos para a mesma.

Fundamentado-se em três princípios, que anteriormente foi denominado de dimensões na apresentação da BNCC, sendo a ética, a estética e a política princípios que embasam os temas, as metodologias e as relações que constituem este nível de ensino.

Na apresentação dos direitos o termo Linguagem vai aparecer abundantemente: diferentes linguagens, desenvolver linguagens, saberes e linguagens, vindo a reconhecer que “*devem ser criadas experiências de aprendizagem [...] que levem à aprendizagem [...] por meio de diferentes linguagens*” (p.20). E é nesta parte do documento que aparece a única aproximação de um conceito de Linguagem de todo o documento (ver p.21).

Tais experiências vão ser potencializadas através de “Campos de Experiências”, sendo os mesmos apresentados em cinco conjuntos que pretendem ser de práticas que articulem saberes e fazeres dos estudantes, mas que ainda assim é possível ver um conjunto disciplinar em seus objetivos de aprendizagem.

Assim vemos em muitos deles a ideia de “*comunicação*” das crianças, ou seja, a ordem verbal ganha destaque na descrição dos objetivos, mesmo que por muitas vezes os termos referentes a outras formas de linguagens se façam presentes.

O campo “Corpo, Gestos e Movimentos” reúne objetivos que estão mais afetos a área de EF, e nestes podemos ver termos como “movimento e gestos”, “práticas corporais”, “comunicar corporalmente”, que precisam ser recuperados ou alinhados a discussão do documento da área.

Desta forma fica a impressão que o documento da Educação Infantil foi construído a parte da discussão geral do documento, tomando como referência central a DCNEI e ampliando com os objetivos de aprendizagem nos campos de experiências. Tal hipótese fica mais evidente ao realizar a leitura do texto referente a Linguagem e mais ainda quando analisamos como os diferentes componentes curriculares vão fazer, ou não fazer, as articulações previstas no texto inicial entre os anos iniciais do Ensino Fundamental e a Educação Infantil.

Destaco ainda o uso de dois períodos nesta parte do documento, ora Educação Infantil é tratada de 0 a 5 anos ora de 0 a 6 anos.

1.2 Área: Linguagens

Apesar do termo Linguagem mediar a construção de todo o documento, a exemplo da explicitação da linguagem da química nos objetivos gerais, aqui na delimitação das áreas há uma área denominada de Linguagens, que se encontra no plural para romper com a hierarquia entre as mesmas, segundo o documento. Abarca quatro componentes curriculares, diferentemente de documentos de orientação curriculares anteriores.

Parto do reconhecimento de que a Educação Física está incluída na área de Linguagem, desde a sua inserção nas Orientações Curriculares do Ensino Médio, naquele momento junto a Códigos e Tecnologias, e neste momento passa a compor a área de Linguagens, junto a Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna e Arte.

Neste documento há uma maior explicitação do lugar de junção dessas áreas. Caracterizando como uma área de “*conhecimentos relativos à atuação dos sujeitos em práticas de linguagens*”, reconhecendo a abrangência do termo que aponta a “*linguagem verbal, linguagem musical, visual e corporal*”. Entendendo assim que trata-se de “*experiências de linguagem*” e que estas permitem ao ser humano se constituir como ser no mundo, visto que este “*age no mundo em interações mediadas por palavras, imagens, sons, gestos e movimentos*” (p.29).

Inicialmente podemos visualizar uma discussão sobre linguagem apontada por teóricos que reconhecem que na sociedade vivemos um mundo de signos e que são as palavras o signo privilegiado de comunicação humana, mas estas são mediadas por outras formas de linguagem que tem existência própria, mas que para sua significação o ser humano descreve-a em palavras. Como nos diz Bakthin (1979), a música, a tela, o gesto na dança são linguagens, mas ao reconhecer-las o homem a descreve como signos linguísticos verbais.

Assim, o documento indica que “*A vida em sociedade requer que os sujeitos se apropriem de representação e de repertórios historicamente construídos*” (p.29), mas na sua apresentação dá destaque ao “*domínio da escrita*” e das “*convenções da escrita*”, mesmo que aponte na sequencia, sem a mesma densidade de argumentos, que as demais linguagens permitem “*ampliar a relação dos sujeitos com as culturas locais e universais*” (p.30), o que pode ser observado na caracterização dos objetivos na sequencia e nos exemplos apresentados ao longo da argumentação.

Nos objetivos gerais vai ficar cada vez mais explicita a ideia de Linguagem como recurso comunicativo, vindo a incluir o termo expressivo, assim como fica delimitado que a EF trata da *cultura corporal de movimento*, assim quando se tratar de EF estará sendo usado termos como *práticas corporais e movimento*.

Desta forma o uso dos termos *movimento, gesto, signo, expressão, comunicação* precisam ser melhor explicitados no texto de forma que possamos compreender o conceito de Linguagem que vai permear o documento em todas as áreas.

Outro ponto que merece atenção é a questão da unidocência e da pluridocência que vai ser apresentado como elemento que poderá diferenciar a articulação dos saberes e fazeres, evitando a “*fragmentação dos conhecimentos e uma hierarquização entre as linguagens*” (p.34). Além de ser um tema polêmico é uma visão simplista sobre esse docente neste nível de ensino.

Percebe-se na descrição referente ao Ensino Médio que os aspectos referentes a área de EF até então apresentados vão ficar omissos, sendo destacado apenas a ideia de transformação do corpo que não me parece afeta aos termos que vinham sendo usados para a área.

Para finalizar esta parte da reflexão informo que ao fazer a leitura geral das demais áreas, sem a intensão nem competência para analisá-las, percebo que há formas variadas de apresentação das áreas e de seus componentes curriculares, nem todas coadunam com os Eixos apresentados pelo documento, e mesmos quando o fazem apresentam bases teóricas diversas da que esta inicialmente pautada. Não estou aqui exigindo um alinhamento teórico, mas coerência interna nas questões centrais do documento.

Sobre o conteúdo dos textos de apresentação da área de Linguagens e do componente Educação Física

Seguindo as questões apontadas como sugestão para o parecer, informo que no que se refere ao tratamento do componente Educação Física no texto que apresenta a área de Linguagens busquei elucidar meus destaques já no item anterior.

Reconheço que a estratégia de construir um texto de apresentação da área de Linguagens, definindo objetivos gerais desta para a Educação Básica é sim adequada e pertinente a um documento desta natureza, mas sua amplitude deixa lacunas que poderão ser observadas pelos diferentes componentes. O risco no entanto é de na intenção de se fazer presentes todas as áreas, e seus respectivos componentes, transformar o documento em uma lista de áreas de conhecimento. Talvez recuperando um conceito central de não hierarquização apresentar os objetivos gerais a partir dos principios centrais da ética, da estética e da política, possa elucidar como estas áreas poderão ser objetivadas nos diferentes níveis de ensino.

No que se refere a apresentação do componente curricular Educação Física, inicia reconhecendo que este componente trata de práticas corporais, conforme vai sendo observado no texto geral da BNCC, “*em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações expressivas dos sujeitos e do patrimônio cultural*” (p.108), Aqui vai aparecer termos que não foram apresentados anteriormente, a ideia de “*codificação e significação*”, e ao contrario do que aparece no documento geral aqui trata-se de “*manifestações expressivas*” e não só de “*movimento*”.

O termo *Cultura Corporal de Movimento* vai ser elucidado, sendo responsabilidade da EF tratar de práticas corporais que propiciam uma dimensão do conhecimento que os estudantes não teriam acesso via outra área de conhecimento, podendo diferentemente do escrito no texto ser vivenciado em outros espaços socioculturais.

Assim, apresenta sua compreensão sobre práticas corporais (p.108-109), destacando sua contribuição nas dimensões do lazer e da saúde, excluindo a dimensão do trabalho que está presente nas demais áreas/componentes.

O documento apresenta uma forma que se distingue do que usualmente verificamos em outros documentos curriculares quando da apresentação das manifestações da Cultura Corporal, neste momento sem o termo Movimento (p.109), são elas: “*brincadeiras e jogos; esportes; exercícios físicos; ginásticas; lutas; práticas corporais alternativas; práticas corporais de aventura; práticas corporais ritmicas*” (p.109).

A primeira vista tal apresentação permite compreender que foi realizado um movimento de incorporação de algumas práticas corporais que vinham sendo tratadas dentro de outros fenômenos, a exemplo das práticas corporais de aventura que eram tratadas pelo fenômeno esporte. Neste caso, vale lembrar que nos objetivos iniciais da BNCC aparece o termo desporto, e não há menção ao mesmo no documento da EF.

No entanto, percebo que há um deslocamento da classificação, pois ao invés de tratar dos fenômenos vai ser listadas as suas formas de apresentação, a exemplo da Ginástica, que vai ser

apresentada no plural e no seu detalhamento suas formas de apresentação, excetuando os exercícios físicos que vai tratado separadamente com relação a atividade física.

Outro exemplo, e que já demonstrou uma polêmica nesta construção é o uso do termo *Práticas Corporais Rítmicas*, que poderia sim abranger diversas manifestações que tomam a ritmicidade, mas que aqui vai ser restrito a dança. Dedicarei um outro item a esta reflexão.

O fato é que ao alterar o que comumente vimos em outros documentos curriculares, a apresentação do documento da Educação Física não o faz com a consistência argumentativa necessária a compreensão dos leitores.

Assim, a estratégia de construir um texto de apresentação do componente curricular Educação Física é importante pois apresenta o reconhecimento dos desafios que esta área ainda enfrenta no cenário nacional, mas ao fazê-lo e optar por uma proposição/compreensão da área (*Cultura Corporal de Movimento*) terá que deixar mais claro e alinhado suas delimitações posteriores; é importante também porque busca se alinhar com o reconhecimento de que nesta área os estudantes têm a possibilidade de “*experimentar e de interpretar as múltiplas formas de expressão da linguagem corporal*” (p.108).

Desta forma, o texto que apresenta o componente curricular Educação Física tenta dar conta dos princípios que orientarão a organização dos objetivos de aprendizagem apresentados no documento preliminar, mas há entre eles a necessidade de observar o uso de termos, bem como a verificação de alguns elementos que são postos como os Eixos e os Temas Integradores que vão estar apresentados de forma geral nos objetivos gerais, mas nem sempre explicitados nos objetivos de aprendizagem.

O texto que apresenta o componente Educação Física reconhece que as transições ocorridas ao longo da Educação Básica: da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, dos anos iniciais para os anos finais, dos anos finais ao Ensino Médio deverão progredir apontando que “*todas as práticas corporais podem ser objeto de trabalho pedagógico em qualquer etapa e modalidade de ensino [...]*” (p.110), levando em conta alguns critérios de progressão. Deixando para a apresentação dos objetivos de aprendizagem sua explicitação.

Gostaria de finalizar esta parte apresentando uma reflexão sobre o lugar da Dança como conhecimento na área de Arte e de Educação Física. As formações destas áreas já acontecem paralelas há mais de 50 anos, no entanto, nas últimas décadas, após caracterização das áreas das linguagens artísticas em documentos legais, temos visto a ampliação dos cursos de Dança no país. Tal ampliação não permite ainda identificarmos a capacidade de atuação nas redes de ensino, visto que o componente curricular continua denominado Arte.

Historicamente também, podemos reconhecer pelos estudos, que o ensino de Arte foi centrado nas Artes Visuais, assim como a Educação Física teve sua centralidade, em um determinado período, no Esporte. Ou seja, a Dança não ocupa em nenhuma destas áreas um espaço privilegiado.

No entanto hoje temos um embate, anunciado, de que há um conhecimento que vem sendo tratado por duas áreas de formação, ora como centralidade – graduação em dança, ora como

um dos seus conteúdos – graduação em Educação Física. Embate que foi potencializado quando da criação e atuação do CONFEF que exigiu a formação em EF para atuação com este conhecimento, um absurdo que mereceu inúmeras discussões e intervenções legais.

O fato é que a maioria dos documentos/orientações curriculares de estados, municípios e do governo federal até o momento vêm apresentando este lugar duplo para a dança e, nos últimos anos, com o aumento dos cursos desta área, vem se potencializando um confronto com este lugar na Educação Física. Ou seja, este documento explicita uma discussão que já vem sendo tensionada há alguns anos e que não ganhou a atenção necessária em nenhuma instância de forma significativa.

Assim, ao termos um documento oficial que orientará a Educação Nacional, aparece a oportunidade de suplantar esta discussão por via normativa, quando na realidade os cursos de formação em todo território nacional continuam com suas formações em desenvolvimento, com exemplos extremos de cursos de dança nos departamentos de Educação Física.

Neste documento a Educação Física faz uma opção de denominar os conteúdos ligados a Dança como “*Práticas Corporais Rítmicas*”, talvez para fugir da explicitação do termo, mas na apresentação de seus conteúdos fica claro que estamos tratando de Dança.

Identifico, neste primeiro momento, dois equívocos: 1. Tentativa de omitir o termo Dança com um termo talvez mais abrangente; 2. Se equivocar ao tratar a Dança como forma única de Práticas Corporais Rítmicas, merecendo discutir conceitualmente tal termo.

Pensei em um primeiro momento em analisar comparativamente o trato deste conhecimento na Arte e na Educação Física, mas desisti para evitar uma análise de ‘*propriedade de*’. Assim, indico que a Educação Física deve rever a ‘*máscara utilizada*’ e explicitar a sua experiência com o ensino de dança na escola.

Experiência essa que pode ser verificada em uma significativa produção acadêmica, em documentos curriculares, em práticas pedagógicas significativas em escolas de todo o território nacional, e ao longo de muitos anos. O que dá a Educação Física um lugar privilegiado quando do reconhecimento de quem vem tratando/ensinando o conhecimento dança nas escolas brasileiras, e isso não pode ser ignorado neste debate.

Vamos aproveitar este espaço para elucidar o debate nacional ignorado até então, especialmente pelas instituições de formação que possuem ambos os cursos em suas graduações. Na medida da ampliação deste debate gostaria de me colocar à disposição de contribuir de forma mais específica com esta argumentação.

Sobre os objetivos de aprendizagem do componente Educação Física propostos para as diferentes etapas da Educação Básica

Apresenta os objetivos de aprendizagem a partir dos ciclos de escolaridade, buscando “*balizar as expectativas de aprendizagem no percurso curricular*” (p.111). Neste o destaque inicial fica

para a diferenciação da apresentação da área em ciclos, enquanto a quase totalidade dos componentes vai apresentar no formato de ano.

Essa diferenciação não causou nenhum debate mais amplo junto aos demais componentes/áreas? Consideram pertinente esta diferenciação, visto que os documentos da área vem tomando esta referência? Faço neste momento mais perguntas que argumentação porque me parece que as condições de produção deste documento precisariam ser expostas aos leitores nesta fase de elaboração de críticas.

No que se refere a estruturação dos conhecimentos em práticas corporais, observo inicialmente que os Esportes e as Práticas Corporais Ritmicas vão estar presentes em todos os ciclos; os Jogos e Brincadeiras e as Ginásticas aparecerão apenas nos ciclos iniciais; as Lutas estão presentes do 2º ao 4º ciclo; os Exercícios Físicos inicia concomitante a saída da Ginástica no 3º ciclo; as Práticas Corporais de Aventura iniciam no 3º ciclo e segue até o final; e as Práticas Corporais Alternativas só aparecerá no último ciclo.

Cada ciclo tem um bloco variado de manifestações: 1º – 4; 2º – 5; 3º - 6; 4º e 5º - 5. As justificativas para estas entradas e saídas podem ser compreensíveis como o caso dos Jogos e Brincadeiras, mas em outros casos não fica claro o lugar destas práticas na relação com os ciclos de escolarização. Importante destacar o papel relevante dado aos Esportes e as Práticas Corporais Ritmicas que vão estar ao longo de todo o processo de escolarização.

No que diz respeito a formulação dos objetivos por dimensões de conhecimento (*experimentação e produção, fruição, reflexão sobre a ação, construção de valores, análise e compreensão crítica das práticas corporais e o protagonismo comunitário*) identifico que as mesmas dialogam com os princípios apontados no documento geral e favorecem a leitura e compreensão de como os diferentes tipos de conhecimento deste componente vão sendo tratados ao longo do processo de escolarização, explicitando um ensino não estanque ou por etapas, mas sim processos contínuos de apreensão de conhecimento. Merecendo, no entanto esclarecer algumas entradas e saídas de manifestações das práticas corporais entre os mesmos.

No que se refere a progressão, há formas diferentes para cada prática corporal apresentada. Nos jogos e brincadeiras vai ser tomada a dimensão do espaço geográfico, indo da comunidade e região (1º ciclo) ao Brasil (2º ciclo). Igual caminho segue as Práticas Corporais Ritmicas que parte da comunidade, estado, região, país e só nos dois últimos ciclos perde esta característica. Nos Esportes aparece um processo de classificação de jogos esportivos, diferenciando-os por locais de sua execução ou base de sua ação, finalizando com esportes que tenham potencial para práticas de lazer. Este formato também vai aparecer de forma um pouco variado na ginástica e nas práticas corporais de aventura, demonstrando que os elementos diferenciadores das práticas corporais foram categorizados de formas distintas na apresentação destes objetivos.

A partir de agora farei destaques por item, buscando apresentar algumas contribuições específicas ao debate dos mesmos. Início pelas Brincadeiras e Jogos, onde parte da cultura popular a partir da comunidade e em seguida vai ampliar com jogos tradicionais do Brasil e de

outros países. Ao final dos objetivos do 2º ciclo aparece a relação com os jogos eletrônicos, mas até então os mesmos não foram mencionados. Desta forma, reconheço que ao tratar de Jogos faz-se necessário inserir suas diferentes classificações, vindo a expor suas diferenciações, a exemplo dos jogos de salão, jogos eletrônicos, jogos tradicionais, dentre outras possibilidades.

No que se refere aos Esportes, inicia tratando de jogos esportivos, elemento presente na manifestação Jogo, dependendo da classificação que tome como referencia. Faz uma opção por uma classificação onde a marca, a precisão e a invasão vão ser o foco do 1º ciclo e nos demais aparecerá outras delimitações, avançando em aspectos ligados as técnicas, táticas e sistemas. Esse processo de progressão não me permite identificar a lógica dos ciclos de escolarização, pois parece haver sempre algo de outra complexidade por ciclo, mas sempre algo novo, ou seja, que não vai progredir nos demais. No 4º ciclo aparecerá ao final a expectativa de propor e produzir alternativas para práticas esportivas no tempo livre e no 5º ciclo a ideia de envolvimento em práticas de lazer, assim como a problematização das relações entre esporte, saúde e aprendizagem. Acredito que há aqui a necessidade de que seja reconhecido também a progressão do esporte no treino e também no trabalho, que estará muito presente na realidade educacional e na sociedade.

Na descrição das expectativas das Ginásticas faz-se uma opção por iniciar pela ginástica geral, e não com os fundamentos da ginástica que darão base a diferentes forma de apresentação deste fenômeno. Em sendo a ginástica geral uma das formas de apresentação da Ginástica, não é coerente esta escolha, visto que a própria ginástica geral tem exigências de diálogo com outras formas de manifestações, a exemplo do teatro, da dança, dentre outras. Na sequencia recorre aos mesmos itens e denomina de elementos gimnicos, mas vai continuar denominando de ginástica geral e na sua última descrição aponta a expectativa de identificar as possibilidades de uso dos elementos da ginastica geral em outras práticas corporais, quando esta já tem outras práticas em sua constituição, o que reforça este equívoco. No 3º ciclo introduz a experimentação de produzir coreografias de ginásticas individuais e em grupos, sem tratar anteriormente de suas formas de apresentação que possuem técnicas específicas. Neste ainda se encontra presente a ideia de ginastica geral, como se esta fosse a única forma de expressão deste fenômeno. Desta forma, as expectativas de aprendizagem sobre Ginásticas não consegue dar conta da apresentação do conhecimento produzido sobre as diferentes expressões da mesma.

As Lutas são inseridas no 2º ciclo, mas sobre a denominação de jogos de luta. Qual a intenção de separar dos Jogos se há esta classificação? Só mais a frente é que aparecerá a ideia de luta na intenção de diferencia-la de briga. Neste sentido, não fica claro o lugar destas expectativas no conjunto de conhecimentos da área. No 3º ciclo elege as lutas brasileiras para experimentação, sem destacar o movimento destas lutas na constituição das mesmas por outras nações ou etnias. E finaliza no 4º ciclo com uma classificação de difícil compreensão: “*lutas de curta, média e longa distância*”. A que se refere? Se tomarmos como referencia que as expressões de lutas que vêm sendo desenvolvidos em nosso país são produções culturais de outras culturas/países, como fazer estes recortes sem uma discussão mais ampla sobre a tradição oriental das mesmas, por exemplo. Ao valorizar a capoeira como forma de expressão

de uma luta nacional corremos o risco de ignorar as demais expressões que dialogam com esta na contemporaneidade.

Os Exercícios Físicos são inseridos no 3º ciclo concomitante a presença das Ginásticas até este mesmo ciclo. Em sua apresentação a ideia de Exercícios Físicos vai estar atrelada as capacidades físicas, buscando diferenciar de atividades físicas, mas recaindo na sua aproximação quando da explicitação de sua última expectativa de aprendizagem. No 4º ciclo os estudantes serão estimulados a experimentar programas de exercícios físicos, finalizando com a busca de autonomia na execução dos mesmos. Minha dúvida está no conceito de exercícios físicos, pois o mesmo é parte constitutiva da Ginástica, enquanto forma de exercitação humana. Por que diferencia-lo? Estas características dos exercícios físicos não vão estar presentes em outras manifestações corporais, a exemplo do Esporte.

As Práticas Corporais de Aventura aparecem no 3º ciclo a partir da classificação das práticas de aventuras urbanas, na sequência virá as práticas de aventuras na natureza. A preocupação que recaí aqui é comum aos cursos de formação de como tratar estas práticas que acontecem fora dos espaços escolares, especialmente as de natureza. Finaliza o 5º ciclo apresentando a possibilidade de realização de forma autônoma e crítica das mesmas. Que limites estão apontados para a ideia de experimentação e fruição? Parte destas expressões são tratadas como esporte, esta discussão também se fará presente.

As Práticas Corporais Alternativas aparece apenas no último ciclo e reune práticas exemplificadas como alternativas porque são de origem não ocidental em sua quase totalidade. Importante reconhecer a natureza destas práticas, tais como tai chi chuan que se insere como uma arte marcial ou a anti-ginástica que como diz o nome é uma forma de expressão da ginástica. Há lugar para essa diferenciação em nossos programas de ensino ou devemos tratá-los em diálogo com os conhecimentos denominados clássicos da área?

Por fim, as Práticas Corporais Rítmicas, que vai ser iniciada através de rodas cantadas e brincadeiras ritmicas, assim como as danças presentes na comunidade. Já neste ciclo aparece a ideia do que compreendem como sendo elementos da dança (ritmos, gestos e músicas), o que demonstra pouco conhecimento sobre os fundamentos da dança que esta área já vem trabalhando em muitos estudos, documentos curriculares e práticas pedagógicas. No 2º ciclo a única diferenciação é progressão espacial geográfica, da comunidade para o estado e a região. Desta forma observa-se que a expectativa é que os estudantes aprendam os repertórios de danças já reconhecidas, sem ampliar para as possibilidades destes se identificarem como seres dançantes que produzem seus movimentos a partir de diferentes estímulos. Continua a progressão geográfica no 3º ciclo e só perde esta característica no ciclo seguinte quando da apresentação de uma classificação de danças etnicas, de salão e de rua, como se na comunidade, no estado e no país estas expressões não estivessem presentes. Finaliza apresentando no último ciclo a intenção de realizar de forma autônoma danças com potencial de uso no lazer, me parece que parte significativa das identificadas nos ciclos anteriores o são. Desta forma sugiro: que seja substituído o termo Práticas Corporais Rítmicas por Dança, visto que todos os conteúdos listados se referem a este conhecimento; que as Brincadeiras e Jogos Cantados sejam inseridos na classificação de Jogos e Brincadeiras, pois compreendem o

universo desta classificação; que não seja organizada a distribuição dos tipos de danças por orientação geográfica, visto que não há essa lógica hierárquica na apresentação das mesmas; inserir em todos os ciclos a proposta de explorar ações corporais que tomem os fundamentos da dança, superando a ideia de que os conteúdos de dança sejam apenas os repertórios; e rever a classificação apresentada sobre dança.

Estes destaques, mesmo que pontuais, indicam, na minha avaliação, que um reflexão mais ampliada sobre os conhecimentos que a Educação Física vem tratando historicamente precisa ser potencializada. Sugiro a (re)leitura do documento de orientação curricular da área em Pernambuco, pois aparece um pouco destas discussões a partir de um movimento ampliado de debate junto aos professores durante a construção das orientações que foram tomadas como referência para os parâmetros atuais.

Considerações Finais

Encerro este primeiro momento de leitura crítica preocupada com os prazos estabelecidos pelo MEC, entendo que todos os processos devem ter prazos, mas identifico que frente a demanda recebida, conforme informada na reunião virtual de janeiro, há a necessidade de ampliação dos prazos de forma a permitir que o debate realmente seja realizado pelos professores/pesquisadores.

Ao lançar o documento, no último trimestre de 2015, houve pouco tempo para o mesmo ser conhecido pelos professores/pesquisadores e só agora percebo uma comunicação mais efetiva sobre o mesmo em rede nacional, que gerou em algumas instituições o estímulo aos espaços de debate.

Para mim, na função de leitora crítica, vejo etapas apertadas de trabalho desta comissão, frente a um prazo anunciado institucionalmente. Tenho certeza que minha contribuição inicial mereceria mais debate, junto aos professores/pesquisadores que partilho minha intervenção pedagógica, assim como junto a esta comissão.

Assim, ao me colocar a disposição para quaisquer esclarecimentos, por parte desta comissão, bem como a disposição para tratar de algum ponto de forma mais específica, gostaria de reconhecer a importância deste movimento de diálogo ampliado do MEC junto aos principais impactados por este documento.

Que possamos correr o risco de publicar um documento com limites, mas que tenhamos a clareza que buscamos esgotar as possibilidades de debate do mesmo.

Recife, 15 de fevereiro de 2016